

## PRESTES A COMPLETAR DEZ ANOS, LEI DE COTAS MUDOU PERFIL DA UFRJ

Página 6



# UFRJ

Dos escombros ao ressurgimento. Esta edição do **Jornal da AdUFRJ** aborda projetos que resgatam a importância de dois patrimônios da UFRJ: o campus da Praia Vermelha e o Museu Nacional. No primeiro, a ideia é revigorar o espaço com a criação de um novo equipamento cultural no lugar do abandonado Canecão (acima). Já no Museu Nacional (abaixo), destruído por um incêndio há quatro anos, a fachada e os jardins restaurados serão entregues ao público no próximo dia 2, em comemoração ao bicentenário da Independência do Brasil.

Páginas 4,5, 8 e 9

# Desenha O FUTURO



## EDITORIAL

## CAR@ COLEGA

## DIRETORIA

**H**á 12 anos o Canecão não é meu nem seu nem nosso. Desde 2010, ele é patrimônio dos cupins e da vergonha. O histórico centro cultural, que durante anos se confundia com a cena da arte no Rio de Janeiro, hoje pertence apenas ao passado. Virou uma ruína de descaso no coração da cidade. É nosso pior cartão postal, nossas vísceras expostas aos que se interessam por desqualificar a universidade pública e péssimo exemplo de como a UFRJ cuida do patrimônio do povo.

A ferida do Canecão está exposta na Avenida Venceslau Brás desde 2010, quando a universidade retomou a gestão do estabelecimento, após longa batalha com um empresário do ramo de entretenimento. Foi nossa única vitória no tema. Em mais de uma década, os únicos beneficiados do espaço são os roedores que devoram dia e noite relíquias, como o belíssimo mural de Ziraldo, largado nos escombros na antiga casa de espetáculos.

Na última quinta-feira, o Conselho Universitário da UFRJ deu um passo importante para redesenhar essa história. Os conselheiros abriram o debate sobre o destino do espaço. A reitoria apresentou uma detalhada proposta urbanística e arquitetônica para a área, incluindo a criação de um novo centro cultural no campus da Praia Vermelha.

A proposta da Administração Central é demolir o prédio do antigo Canecão e construir um novo ambiente, modernizado e sintonizado com as demandas acadêmicas da universidade e com o mercado cultural da cidade. Segundo o projeto, o espaço teria 1.700 lugares na modalidade "teatro", e até 4 mil na modalidade "show". A proposta abrange apresentação de concertos e óperas e uma sala destinada à guarda de cenários. Também foi pensado um espaço de exposição da UFRJ com 600 metros quadrados. A universidade teria direito ao uso do palco principal por 50 dias no ano.

A reitoria ainda não informou os detalhes financeiros da proposta — o que é decisivo para a avaliação do projeto —, mas defende um modelo de concessão privada. A princípio com 25 anos de uso. Em contrapartida, quem adquirir o direito de gerir o espaço multiuso deverá investir na construção

## CEG ESTABELECE DIREITO À SEGUNDA CHAMADA PARA ESTUDANTES

O segundo semestre letivo começa com novidades na relação entre professores e alunos. No dia 17, o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) regulamentou normas gerais para segunda chamada e prazo para lançamento de notas.

A resolução define que a nota de uma avaliação deve ser divulgada, no mínimo, 72 horas antes da ocorrência de outra. "Saber das notas é importante para que o estudante possa se programar com seus estudos", disse o professor Alexandre Leiras, representante do Centro de Tecnologia e relator da proposta.

O texto também determina justificativas aceitas

para a perda de uma prova, ou do prazo de entrega de um trabalho, que devem ser comprovadas. Entre elas, internação hospitalar, doenças impeditivas, distúrbios relacionados à saúde mental e ocorrência de situação que impeça o deslocamento do estudante ao campus. "Não se trata de quando ocorre um engarrafamento, mas sim de situações que efetivamente impeçam que o estudante esteja presencialmente na universidade, como tiroteio no local de moradia do estudante ou alerta de chuvas fortes e enchentes", explicou o estudante Alexandre Borges, do DCE. Para comprovar o motivo da falta nessa situação, o estudante pode re-

de um bandeirão, com capacidade para 2.500 refeições por dia, e um prédio de oito mil metros quadrados, com até 80 salas de aula.

Vale lembrar que não temos bandeirão na Praia Vermelha, e que a maioria dos professores e alunos trabalham em contêineres. "Chega de sala de lata", desabafou a reitora no último Consuni. Ela prometeu que, até o final da próxima semana, todos os documentos sobre o atual projeto serão divulgados no site da UFRJ.

De acordo com a proposta da reitoria, a nova casa de espetáculos deve ser construída no Campinho, apelido do campo de futebol administrado pela Escola de Educação Física. Já a área onde hoje fica o que sobrou do Canecão deve ser aberta ao público, com a criação de uma praça e a demolição dos muros que cercam aquele trecho do campus. "Queremos abrir o campus da Praia Vermelha para a cidade, para a sociedade", conta o vice-reitor da UFRJ, professor Carlos Frederico Leão Rocha. "É uma mudança completa de concepção daquele espaço".

O projeto de recuperação do Canecão com parceria privada não nasceu na atual reitoria. Ele data de 2018, na gestão do professor Roberto Leher, sob o nome de Viva UFRJ. De lá para cá, o projeto mudou bastante, e atendeu demandas das unidades acadêmicas. "A Praia Vermelha não entra mais como um ativo. Também retiramos todos os onze terrenos do Fundão que seriam destinados à iniciativa privada e não há hipótese de demolição do Instituto de Psiquiatria", informou o vice-reitor.

Apesar das mudanças, o caminho será longo até que o projeto saia efetivamente do papel. Há grupos descontentes com a concessão à iniciativa privada. Ninguém, no entanto, apresentou, até agora, soluções concretas para a transformação do descaso em cultura.

A diretoria da AdUFRJ saúda o debate, mas não aplaude apenas a discussão. Defendemos a recuperação da área e a devolução para a sociedade de um patrimônio que não é meu nem seu nem do passado. É do futuro das brasileiras e brasileiros.

## IMPORTANTE

PS: Lembramos a todos os coleg@s a importância de participar de nossa próxima assembleia, quarta-feira (31), às 9h30. Queremos discutir política e colocar a AdUFRJ na luta histórica pela derrota de Bolsonaro e pela eleição de Lula.

correr a registros de mídias e publicações da imprensa. O professor também pode decidir aplicar uma segunda chamada mesmo que o caso não se enquadre nas hipóteses previstas na resolução.

A professora Flávia Moll de Souza, do CT, argumentou que seu Centro já realiza provas de reposição. Mas elas são únicas na disciplina e o estudante só pode faltar a uma avaliação regular. "Não ficou claro o número de vezes de ocorrência da segunda chamada", observou.

"Não se trata de um dispositivo para usar à vontade. Estamos debatendo uma excepcionalidade que não pode ser definida de forma quantitativa. Um exemplo

é que, caso a pessoa esteja acometida por uma doença num período de tempo que ocupe mais de uma avaliação, precisa estar previsto que ela tenha direito à segunda chamada", explicou o professor Marcelo de Pádua, superintendente geral de Graduação. A pró-reitora de Graduação, professora Gisele Pires, enfatizou que a resolução trata do direito geral à segunda chamada para estudantes de todos os cursos. "Como eles têm avaliações de formas diversas, as especificidades serão debatidas e decididas por cada unidade", completou. As unidades têm até fevereiro do ano que vem para definir estes procedimentos. (Estela Magalhães)

## CONVÊNIO

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufjr.org.br.

## RIO DE JANEIRO



CLUB  
PET



MAPLE  
BEAR  
TIJUCA



MIT  
CUIDADORES



ACADEMIA  
TIJUCA FIT



MADONA  
CLINIC

Psicare PSICARE



FISIOTERAPIA  
RJ LTDA



CRECHE  
AMANHECENDO



CRECHE ESCOLA  
RECRIAR



CESTA  
CAMPONESA DE  
ALIMENTOS  
SAUDÁVEIS



ROÇA URBANA  
ORGÂNICOS



JC LUZ  
CORRETORA

FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL



BAUKURS CENTRO  
DE ATIVIDADES  
CULTURAIS



ESCOLA  
ALFA



CLÍNICA  
ESTAÇÃO  
CORPORAL



HUMANA  
CLÍNICA  
MULTIDISCIPLINAR



MAIS FITNESS  
ACADEMIA

CORPUS CENTRO DE QUALIDADE DE VIDA



INSPIRE  
ENERGIA SOLAR



KALUNGA  
PAPELARIA



DROGARIA  
RAIA

## ASSEMBLEIA

QUARTA  
31/08  
09H30

CENTRO DE TECNOLOGIA  
BLOCO E, SALA 212

ASSEMBLEIA HÍBRIDA.  
PARTICIPE PELO ZOOM  
OU PRESENCIALMENTE!

VOCÊ É  
A FAVOR  
QUE A ADUFRJ  
APOIE A  
CANDIDATURA  
LULA?

## PAUTA:

1) INFORME DA  
DIRETORIA E  
INFORMES DAS UNIDADES

2) AUTORIZAÇÃO PARA  
AJUIZAMENTO DE AÇÕES  
JUDICIAIS CONTRA AS LIMITAÇÕES  
DAS PROGRESSÕES/PROMOÇÕES  
E CONTRA CORTES DE ADICIONAIS  
OCUPACIONAIS (INSALUBRIDADE/  
PERICULOSIDADE/RAIOS X)

3) PROPOSTA DA DIRETORIA DA  
ADUFRJ DE RECOMENDAR O VOTO  
EM LULA NO PRIMEIRO TURNO  
PARA DERROTAR BOLSONARO

## AdUFRJ debate apoio a Lula

Em assembleia no dia 31, professores avaliam posição do sindicato em relação à candidatura com mais chances de derrotar Bolsonaro. Reunião será híbrida: presencial no CT e virtual, via Zoom

KELVIN MELO  
kelvin@adufjr.org.br

**V**ocê é a favor que a AdUFRJ apoie a candidatura Lula/Alckmin? A questão poderá ser respondida pelos filiados na assembleia geral marcada para quarta-feira (31), a apenas 32 dias do primeiro turno das eleições presidenciais. A reunião, às 9h30, será híbrida: presencial na sala E-212 do Centro de Tecnologia e virtual, via Zoom.

A diretoria da AdUFRJ diz sim. "Antes de assumir a gestão, deixamos claro que a nossa posição para as próximas eleições seria apoiar o candidato de maior viabilidade eleitoral para derrotar Bolsonaro", afirma o presidente, professor João Torres. "Mas tirar Bolsonaro não é uma coisa etérea nem só de princípio. Temos que operacionalizar isso, o que, neste momento, significa votar em Lula", completa.

A decisão transcende qualquer preferência partidária, como explica o presidente da AdUFRJ. "A universidade foi um dos setores mais atacados pelo atual governo. Nossa avaliação é que, se houver mais um governo Bolsonaro, a universidade como

conhecemos vai deixar de existir. A UFRJ já está quase impossibilitada de funcionar", alerta.

Pesquisa recente realizada pelo Observatório do Conhecimento, pelo Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (LAUT) e pelo Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) reforça a preocupação com uma eventual reeleição de Bolsonaro. De 1.116 cientistas que participaram, 58% afirmaram conhecer experiências de pessoas que já sofreram limitações ou interferências indevidas em suas pesquisas ou aulas. "Veja uma professora como a nossa vice-presidente, a Mayra Goulart, que trabalha com Ciência Política. Ela já está na mira dos bolsonaristas".

A assembleia da AdUFRJ será realizada logo na primeira semana de aulas do segundo semestre letivo para favorecer a participação presencial dos docentes. Mas a decisão sobre o posicionamento da associação docente em relação às eleições vai ocorrer pelo sistema Helios, já conhecido de boa parte da comunidade da UFRJ (veja no quadro a dinâmica da reunião).

Até o fechamento desta edição, a associação docente da Federal da Paraíba (Adufpb) já tinha

aprovado derrotar Bolsonaro no primeiro turno, orientando voto em Lula. Entre as federais do Rio, a Aduff marcou assembleia para o dia 30; a Adur, para o dia 31; e a Adunirio não marcou reunião. Apesar da mobilização nacional, a diretoria do Andes disse que não vai seguir uma eventual maioria favorável ao candidato petista. A justificativa é que o Setor das Federais representa uma parte do sindicato — composto ainda por associações docentes de estaduais, municipais e partilhadas.

A decisão ainda precisaria do respaldo congressual ou de um Conad, que não poderia mais ser organizado antes das eleições. "Seria um erro muito sério. Se grande parte das universidades apontar numa direção e a direção fizer ouvidos moucos, explícita que o comprometimento deles com a base é só da boca para fora", critica João.

## OUTRAS OPINIÕES

O debate deve ser intenso. Para o professor Luis Acosta, ex-presidente da ADUFRJ (2009 a 2011), o sindicato não deve orientar voto da categoria. "Vou defender que a direção do sindicato não pode tratar os professores como crianças, que precisam da orientação para saber em quem votar", argumenta. "Se houver

possibilidade, vou defender posicionamento semelhante ao da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência)", completa, em referência à Carta de Brasília, aprovada na última reunião da entidade. O texto conchama os brasileiros a eleger representantes que "efetivamente defendam os interesses legítimos de nossa sociedade" e apoia eleições livres com respeito aos resultados. "O documento da SBPC é maduro politicamente e respeitoso do pluralismo dos professores. Essa

é uma resposta certa a uma conjuntura excepcional".

Já o professor Felipe Rosa, vice-presidente da AdUFRJ entre 2019 e 2021, considera importante a realização do debate em assembleia. "Num momento mais calmo, a gente não estaria discutindo isso. O sindicato tem que lutar para preservar sua independência. Mas é claro que vivemos uma situação excepcional. Temos de chamar a base para decidir o que ela quer que o sindicato faça".

## COMO PARTICIPAR E VOTAR

A assembleia será híbrida: presencial na sala E-212 e virtual, pelo Zoom: <https://us02web.zoom.us/j/89062699410>.

A cédula de votação chegará por e-mail para os sindicalizados na terça, dia 30. A votação será aberta entre meio-dia e 18h da quarta, 31, no sistema Helios.

Se houver qualquer dificuldade com o recebimento do link ou com a votação via Helios, favor entrar em contato com o número (21) 99365-4514.

A pergunta será:

**VOCÊ É A FAVOR QUE A ADUFRJ APOIE A CANDIDATURA LULA/ALCKMIN?**

A assembleia está convocada para 9h30 com quórum mínimo (10% dos sindicalizados). As 10h, começa com qualquer número de docentes. As 18h, inicia uma segunda sessão do Zoom (o link é o mesmo da manhã) para abertura pública da urna e apuração da votação.

## ASSEMBLEIA DISCUTE AÇÕES COLETIVAS SOBRE PROGRESSÕES E INSALUBRIDADE

A diretoria da AdUFRJ vai propor à assembleia do dia 31 o ajuizamento de uma ação coletiva contra todas as restrições que os professores da UFRJ vêm sofrendo em relação ao desenvolvimento na carreira. Um dos problemas diz respeito aos efeitos financeiros da pro-

moção ou progressão. Hoje, eles retroagem até a data de pedido do docente, após aprovação no processo de avaliação de desempenho. "O artigo 13A da lei diz que o efeito financeiro da progressão e da promoção ocorrerá a partir da data em que o docente cumprir o interstício

e os requisitos estabelecidos em lei para o desenvolvimento na carreira. Os requisitos são a pontuação mínima e a avaliação necessárias à aprovação. Mas defendemos que não importa a data desta avaliação, que apenas vai reconhecer a produção anterior do docente", diz a advogada

Ana Luísa Palmisciano. "Neste sentido, temos várias ações individuais de sindicalizados cobrando retroação dos efeitos até mesmo para antes do pedido". Uma segunda ação coletiva busca preservar os adicionais ocupacionais (insalubridade, periculosidade e raio-X) que estão sendo

cortados injustamente. "São comuns os casos de docentes que perdem o adicional ao mudar de lotação ou ao assumir algum cargo de chefia ou departamento, mesmo quando eles continuam trabalhando em um laboratório com agentes nocivos à saúde", esclarece Ana Luísa.



# CANEÇÃO

> Novo espaço cultural da Praia Vermelha terá gestão privada. UFRJ poderá fazer uso por 50 dias no ano para eventos. Contrapartida é a construção de bandeirão e prédio com até 80 salas de aula

SILVANA SÁ  
silvana@adufrj.org.br

O **Jornal da AdUFRJ** desta semana apresenta o debate sobre a construção de um novo espaço multicultural na Praia Vermelha. A ideia da reitoria é demolir o antigo Canecão e dar lugar a um equipamento sofisticado, que atenda aos interesses da universidade e do mercado cultural carioca. Detalhes do projeto foram apresentados nesta quinta-feira (25), no Conselho Universitário. O local terá espaço para 1.786 lugares na modalidade “teatro”, e até 4 mil no formato “show”. A proposta abrange apresentação de concertos e óperas e uma sala destinada à guarda de cenários. A universidade teria direito ao uso do palco principal por 50 dias no ano. Também foi pensado um espaço de exposição da UFRJ com 600 m².

A nova casa de espetáculos deve ser construída no Campinho, apelido do campo de futebol administrado pela Escola de Educação Física. Já a área onde hoje fica o que sobrou do Canecão deve ser aberta ao público, com a criação de uma praça e a demolição dos muros que cercam aquele trecho do campus. “Queremos abrir o campus da Praia Vermelha para a cidade, para a sociedade”, conta o vice-reitor da UFRJ, professor Carlos Frederico Leão Rocha. “É uma mudança completa de concepção daquele espaço”.

A gestão da nova casa de shows será privada, a princípio com concessão de 25 anos. Em contrapartida, quem adquirir o direito de gerir o espaço multiuso deverá



investir na construção de um bandeirão, com capacidade para 2.500 refeições por dia, e um prédio de 8 mil m², com até 80 salas de aula.

O restaurante deverá ficar nas imediações da nova casa de shows. Já para o auditório há duas possibilidades: a primeira seria construí-lo no centro do campus. O problema é que no local hoje existem o atual auditório de contêineres, o anexo do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, a garagem e o antigo prédio da Associação Latino-Americana de Física. Todos precisariam ser demolidos, o que desalojaria unidades como a Biblioteca do CFCH e o NEPP-DH. “Outra alternativa discutida é utilizar a área do antigo bingo para a construção desse prédio”, conta o vice-reitor. “Nesse cenário, sai o auditório ‘de lata’, mas os outros edifícios permanecem”, explica Leão Rocha.

O dirigente conta que a classe artística da universidade discutiu o projeto e propôs mudanças para que o espaço cultural fosse adaptável a todas as formas de arte presentes na universidade. “Por exemplo, o prédio tem 20 metros de altura desde a base do solo porque para uma ópera ou um concerto é preciso uma área maior

para a projeção dos instrumentos. Fizemos a conta e seriam necessários pouco mais de 19 metros desde o solo”, conta o vice-reitor. “Isso repercutiu na mudança também do gabarito da região, que antes limitava as edificações a 20 metros de altura a partir da lâmina d’água, que está a cerca de dois metros abaixo do nível do terreno”, justifica.

O projeto atual nasceu em 2018, ainda na gestão do professor Roberto Leher, mas foi “profundamente modificado” pela atual administração da universidade. “A Praia Vermelha não entra mais como um ativo. Também retiramos todos os onze terrenos do Fundão que seriam destinados à iniciativa privada e não há hipótese de demolição do Instituto de Psiquiatria”, afirma o vice-reitor.

Apesar das mudanças, o caminho será longo até que o projeto saia efetivamente do papel. Isto porque muitos grupos estão descontentes com a condução da discussão e com a concessão da futura casa de espetáculos à iniciativa privada. O professor Romildo Bomfim, ex-diretor da AdUFRJ e integrante dos coletivos “Salva UFRJ Praia Vermelha” e “Movimento em Defesa do ‘Campinho’” questiona a transparência das discussões. “A partir do momento em que a reitoria não disponibiliza os contratos, os aditivos, os estudos de impacto ambiental, de vizinhança, empresas interessadas no empreendimento, isto, por si só, já denota falta de transparência. E vale ressaltar que não foi por falta de solicitação, de pedido”, alega o docente. “Por que a reitoria não torna públicas as negociações, tratativas e os seus resultados, na página

da UFRJ?”, questiona.

Um documento subscrito por um dos movimentos que o professor participa, além do Sintufrj e diversos centros acadêmicos da universidade foi protocolado no dia 24, na reitoria. “Nosso requerimento solicita a interrupção imediata desse projeto para que a comunidade acadêmica tenha tempo de se debruçar sobre ele”, defendeu o servidor Fábio Marinho, diretor do Sintufrj, durante o Consuni.

A reitoria rebate veementemente os argumentos da oposição. Durante o Consuni, Denise Pires de Carvalho informou que até o final da próxima semana todos os documentos sobre o atual projeto serão divulgados no site da UFRJ e que a discussão continuará. “O projeto está em construção. Não haverá obstrução do debate. Precisamos devolver o Canecão para o Rio de Janeiro”, afirmou. “Não há prazo definido para o fim da discussão”, completou o vice-reitor.

Os estudantes criticaram o que chamaram de privatização da universidade. “Em que momento o fortalecimento do ensino público passa por fornecer espaços públicos à gestão privada?”, questionou Lucas Peruzzi. Eduardo Raupp, pró-reitor de Planejamento e Finanças, rebateu essa e outras falas nessa direção. “Se a gente levar para o debate da privatização, a gente não vai ter transporte na universidade, a gente não vai ter restaurante. Porque são concessões a empresas privadas”.

Nas próximas edições, o **Jornal da AdUFRJ** apresentará outras faces dessa discussão.

DIEGO MENDES

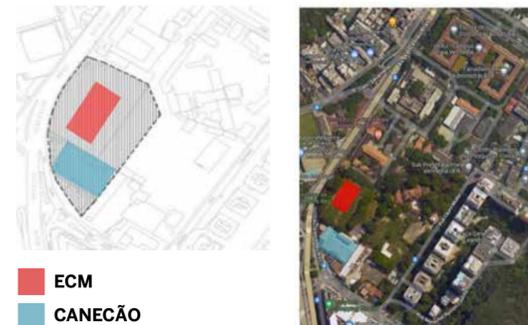
## ANTES

### ESPAÇO ESTÁ ABANDONADO HÁ MAIS DE UMA DÉCADA

Desde 2010, quando a UFRJ conseguiu reaver a posse da então casa de espetáculos Canecão, o imóvel está abandonado e em deterioração. Antes disso, foi parcialmente destruído por dentro pelos antigos proprietários da marca. Além dos recursos escassos para reabilitar o espaço, havia também um impedimento legal para reformas e mudanças na edificação. Existia uma lei estadual, de 1999, que tombava o Canecão. A universidade só conseguiu o destombamento do espaço em junho de 2019, depois da apresentação dos primeiros estudos e projetos de revitalização da área e construção de um novo espaço de cultura no local.



O novo equipamento cultural prevê dois formatos: “modo teatro”, com capacidade para 1.786 lugares, e “modo show”, onde caberão até quatro mil pessoas. A arquitetura do ambiente principal de eventos também se adaptaria a apresentações de óperas e concertos realizados pela Escola de Música



ECM  
CANEÇÃO



### PAINEL DO ZIRALDO

A proposta é manter exposto em praça pública o painel pintado pelo cartunista Ziraldo, em 1967, numa parede do extinto Canecão. A obra deverá ser restaurada com apoio da EBA



## DEPOIS

### UFRJ QUER CONSTRUIR NOVO CENTRO MULTICULTURAL E PRAÇA

O terreno onde hoje está o decadente prédio do Canecão dará lugar a uma praça arborizada e aberta ao público. Os muros que cercam o campus da Praia Vermelha serão postos abaixo para abrir a universidade à cidade. Esses são os planos contidos no projeto apresentado pela reitoria nesta semana. A edificação, com 20 metros de altura, e a praça serão construídas numa área de 15 mil m² e utilizará uma parte do terreno onde existe o campo de futebol da Escola de Educação Física e Desportos. Conhecido como “campinho”, o local abriga dois projetos de extensão e é recorrentemente alugado pelo Botafogo.



# Cotas mudaram perfis de alunos e novos professores

> Lei nacional de Cotas completa dez anos no dia 29. Medida aumentou percentual de estudantes pretos e pobres nas universidades públicas federais. Efeito é sentido também na docência

ESTELA MAGALHÃES  
E SILVANA SÁ  
comunica@adufrrj.org.br

A Lei de Cotas completa sua primeira década de existência na próxima segunda, dia 29. Ao longo de dez anos, foi responsável por ampliar o acesso de estudantes pobres, pretos, pardos e indígenas à graduação. A UFRJ aderiu ao sistema em 2013, depois de longo debate, e desde então viu o perfil de seus estudantes mudar. O número de alunos pretos e pardos cresceu 71% em seis anos. “A universidade hoje respira novos ares. A lei de cotas vem trazendo uma UFRJ mais diversa, plural e com mais representatividade”, analisa Denise Góes, coordenadora das Comissões de Heteroidentificação da Pró-reitoria de Graduação (PR-1).

A lei prevê que 50% das vagas sejam reservadas para estudantes que completaram o ensino médio em escolas públicas. Dentro deste grupo, 50% se aplicam a candidatos cuja renda familiar per capita seja de até 1,5 salário mínimo. A outra metade fica destinada a alunos de escolas públicas com renda superior a 1,5 salário mínimo. Nas duas faixas de renda são destinados percentuais para pretos, pardos e indígenas, de acordo com a proporção desses grupos étnicos no estado em que se localiza a instituição de ensino. Também há cotas para pessoas com deficiência. De acordo com o Censo 2010, o Rio de Janeiro tem 51,7% de sua população formada por pessoas negras e 0,1% por indígenas.

A própria lei prevê sua revisão após dez anos, ou seja, ainda em 2022. Uma das sugestões de Denise Góes é que haja mudanças no acesso de indígenas às vagas. “O indígena urbano vem sofrendo perdas em relação à reserva de vagas porque não está aldeado conforme preconiza a documentação que ele tem que apresentar no momento da matrícula”, conta. O candidato indígena precisa apresentar um certificado de aldeamento.

O momento eleitoral, para Denise, não é o mais propício à revisão de uma lei tão importante para o país. De acordo com a servidora, é necessário que as universidades se articulem para interferir na revisão da lei em outro momento. “Penso que as comissões de heteroidentifica-



**JONATHAN SILVANO**  
e seu avô Vilmar Alves  
Arquitetura



**INGRID NOGUEIRA**  
Arquitetura



**ELIAS DOS SANTOS**  
Relações Internacionais

o momento eleitoral e o apoio da sociedade podem proteger a lei. “Há um sentimento na sociedade civil muito diferente de 2003. A opinião pública hoje é favorável às cotas e a repercussão de um eventual fim dessa lei pode ser muito ruim para os parlamentares num ano eleitoral”, analisa.

## HETEROIDENTIFICAÇÃO

“Fico muito orgulhoso por ele, ter alguém na família cursando uma universidade traz muita alegria”, diz Vilmar Alves, que acompanhou o neto Jonathan Silvano no processo de heteroidentificação, no qual foi aprovado. O objetivo desta etapa é garantir o acesso de pessoas pretas e pardas às vagas reservadas e coibir fraudes.

Ingrid Nogueira também foi aprovada no processo e garantiu sua vaga em Arquitetura. “Não consigo nem descrever o que estou sentindo. Meus pais não completaram o ensino médio e sou a primeira da família a cursar uma universidade pública”, conta, emocionada.

“Nós analisamos o fenótipo dos candidatos, porque é ele que marca o racismo no Brasil”, explica Denise Góes. “Não se trata de simplesmente julgar quem é preto, quem é pardo e quem não é”, ela explica. “Para realizar a heteroidentificação é preciso entender o quanto o racismo massacrava um segmento da população e a trajetória da luta do movimento negro brasileiro na conquista dessas políticas públicas por igualdade de oportunidades”, analisa. Ela ainda destaca a importância da diversidade de raça, gênero e segmento social nas comissões, o que foi muito bem recebido pelos candidatos. “É bom ser avaliado por uma banca diversa e com pessoas que me repre-

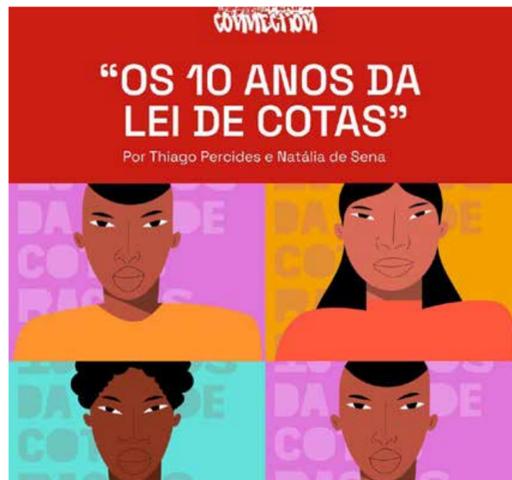


**“Não consigo nem descrever o que estou sentindo. Meus pais não completaram o ensino médio e sou a primeira da família a cursar uma universidade pública”**

**INGRID NOGUEIRA**  
Aluna de Arquitetura da UFRJ

ção têm que estar dentro dessa revisão com caráter obrigatório a todas as universidades”, opina.

Apesar da preocupação com um Parlamento conservador, com grande número de parlamentares contrários às cotas, o professor Vantuil Pereira, decano do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, lembra que



sentam”, diz Elias dos Santos, aprovado em Relações Internacionais.

“Não falamos mais em fraude desde 2020”, diz o professor Marcelo de Pádula, superintendente-geral de Graduação. “O processo de heteroidentificação admite os candidatos aptos e elimina os que não têm direito às cotas”, completa. Desde a implementação dessa política pela UFRJ, as fraudes foram anuladas e o número total de não aptos vem caindo a cada semestre. Em 2020-1, período de implementação do processo, 14% dos candidatos foram considerados não aptos para o uso das cotas e 21% não compareceram. Em 2022-1, foram identificados menos de 6% de candidatos não aptos, e o número de faltosos permaneceu por volta de 21%. Caso o candidato seja considerado não apto pela comissão, ele tem direito a solicitar outra banca, no mesmo dia, e recorrer da decisão. O candidato só é eliminado caso a

comissão determine a não aptidão de forma unânime.

## MUDANÇAS NA DOCÊNCIA

Embora o impacto das cotas seja mais sentido na graduação, a participação de pessoas pretas na pós-graduação e admitidas nos cursos docentes também aumentou ao longo dos anos. “Tanto a lei de 2012, quanto a lei de 2014 (que prevê cotas raciais para o Serviço Público), criaram condições para a renovação do corpo docente nas universidades e na própria UFRJ”, acredita Vantuil Pereira. “Isso, combinado ao Reuni (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), que abriu a perspectiva do aumento de vagas docentes”, afirma. “Essas políticas associadas mudaram a composição do corpo docente, ainda que não da maneira desejada”, considera. “Saímos de um patamar de 8% de professores negros para 14%, que é mais ou menos o número que temos na UFRJ”.



# Caiu a máscara na UFRJ

> Redução dos casos e óbitos e alta cobertura vacinal sustentaram nota técnica do GT Coronavírus que deu base à decisão da reitoria. Algumas unidades, como o IPPMG, mantiveram uso obrigatório

LUCAS ABREU  
lucas@adufrrj.org.br

A reitoria da UFRJ acabou com a obrigatoriedade do uso de máscaras nos espaços da universidade. A decisão foi tomada esta semana, depois que o GT Coronavírus publicou, na segunda-feira (22), uma nota recomendando a suspensão do uso obrigatório do item em locais fechados.

Para a reitoria da UFRJ, professora Denise Pires de Carvalho, foi o momento oportuno e a maneira correta de tomar a decisão. “Foi um bom momento especialmente pelos motivos técnico-científicos”, disse. A nota do GT considerou a redução sustentada de casos e óbitos por covid-19 e a alta cobertura vacinal para indicar o fim da obrigatoriedade. “Sob ponto de vista acadêmico também foi bom porque nós estamos em recesso. Os estudantes voltam dia 29 e já teremos as respostas

para as perguntas que estão surgindo agora como, por exemplo, se um professor com mais de 60 anos pode pedir para a sua turma usar máscara”, explicou Denise.

Desde março, o estado do Rio aboliu a obrigatoriedade do uso de máscaras em lugares fechados. Mas, para a reitoria, o caso da UFRJ é diferente. “Uma coisa é liberar em museus, shoppings, que são diferentes de instituições de ensino e hospitais. E nós temos nove unidades hospitalares”, explicou a reitoria.

“Cada hospital está agindo de uma maneira. O IPPMG, por exemplo, não liberou o uso de máscaras”, contou. Segundo Denise, a UFRJ fez o que fizeram instituições de ensino mundo afora, como as universidades norte-americanas de Harvard e Johns Hopkins, ao prolongar a obrigatoriedade das máscaras. “A professora Lígia Bahia, do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ, considerou sensata a decisão do GT, diante do atual cenário da pandemia



**“Algumas pessoas devem continuar usando máscaras, como quem tem comorbidades ou são mais velhas. Isso não quer dizer que as máscaras estão proibidas”**

**LÍGIA BAHIA**  
Professora do IESC/UFRJ

no Brasil. “Temos uma redução bastante consistente no número de casos e óbitos. E estamos sob um clima um pouco mais favorável em relação a países que têm clima frio”, disse a professora, para quem a decisão veio em boa hora. Na avaliação de Lígia, a decisão do GT não foi tardia, mas adequadamente cautelosa. “A sociedade já estava abolindo a máscara e a UFRJ preferiu esperar. Mas é importante confiar na avaliação do GT Coronavírus. Isso dá mais segurança para a comunidade universitária”, disse o professor. Ele acredita que sua segurança pode partir de um lugar de privilégio, por ter menos de 60 anos e não ter qualquer outra condição de saúde que possa agravar um eventual quadro de covid-19, mas defendeu a recomendação do GT. “Não ser obrigatória não quer dizer que ela precisa ser abolida. As pessoas que se sentem mais seguras devem continuar usando máscara. Eu acho que poderíamos usar máscaras em caso de outras doenças respiratórias, como gripes e resfriados”, defendeu.

## IDENTIDADE BRASILEIRA

Professor titular de Antropologia do Museu Nacional, Eduardo Viveiros de Castro é o convidado especial da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)/RJ para um debate sobre a identidade brasileira. A atividade será realizada no dia 1º de setembro, às 10h, no Salão Pedro Calmon, no segundo pavimento do Palácio Universitário, campus da Praia Vermelha.

## Agenda

### FESTIVAL DO CONHECIMENTO

Maior evento virtual da UFRJ, o Festival do Conhecimento começa na segunda (29). A abertura, às 14h30, contará com a participação da ministra do STF Cármen Lúcia e outros convidados para um Ato em Defesa das Universidades Públicas — o professor João Torres será o representante da AdUFRJ. Até o dia 2, estão agendadas cerca de 800 atividades. Realizado pela Pró-reitoria de Extensão (PR-5), o Festival celebra este ano a abertura da produção de conhecimento científico aos saberes ancestrais de matrizes africanas e indígenas e às tecnologias sociais e digitais em nome de um bem comum.



### I JORNADA MULHERES ELEITAS

O Laboratório de Eleições, Partidos e Política Comparada (Lappcom) realiza a I Jornada Mulheres Eleitas, no dia 1º. O evento, a partir das 10h, está marcado para a sala 107 do IFCS. No encerramento, às 16h, será exibido o documentário “Ciência: Luta de Mulher” produzido pelo Observatório do Conhecimento — rede de associações docentes da qual faz parte a AdUFRJ. “O objetivo do evento é discutir, neste contexto eleitoral, a sub-representação das mulheres na esfera política e também na esfera social. A sub-representação política é consequência de uma estrutura social que coloca a mulher em espaço subalterno”, afirma a coordenadora do Lappcom e vice-presidente da AdUFRJ, professora Mayra Goulart. As inscrições gratuitas podem ser feitas pelo link forms.gle/EVQ7L-S1Nngt2hmZ8 ou no local.



# CRÔNICA DE UM REENCONTRO

> Quatro anos depois do incêndio que quase o destruiu por inteiro, Museu Nacional passa por últimos retoques para entregar ao público sua fachada principal e jardins restaurados, um deles nunca antes aberto à visitação

ALEXANDRE MEDEIROS  
alexandre@adufjr.org.br

Na quinta-feira (25), o taxista Péricles Guedes voltou ao passado quando o passageiro recém-embarcado anunciou o destino: “Museu Nacional, por favor”. “Caramba, agora o senhor me pegou”, disse Péricles, que desandou a compartilhar as histórias de suas visitas ao museu. “Não vou lá desde aquele incêndio, não tive coragem nem de entrar mais na Quinta da Boa Vista. Esse museu faz parte da minha vida. Eu ia lá com meus pais quando era criança e com meus filhos depois que virei pai. Lembra daquele meteorito que tinha na entrada? Quanta lembrança boa tenho de lá”, recordou. Na chegada, o passageiro agradeceu o papo e informou ao taxista que na próxima sexta-feira (2) o Museu Nacional entregará ao público a fachada restaurada, quase todo o telhado reformado e um jardim que até então era fechado à visitação. “Jura? Que notícia boa. Muito obrigado”, disse Péricles, com os olhos marejados.



A emoção que o simpático taxista deixou fluir certamente está se espalhando por muita gente nesses dias que antecedem as primeiras entregas das obras de recuperação do Museu Nacional. Quatro anos após o incêndio que quase o destruiu totalmente, o museu inicia seu processo de reabertura no dia 2 de setembro, em comemoração ao bicentenário

da Independência e na mesma data da tragédia de 2018. Haja simbolismo. “É um momento importante para a sociedade e, principalmente, para a nossa universidade, que está mostrando que é capaz de tocar um projeto da dimensão da recuperação do Museu Nacional. O projeto inclui reforma, restauro e reconstrução. Por dentro, ele precisa ser

reconstruído. Por fora, ele precisa ser restaurado. Veja a complexidade desse projeto”, avaliou a professora Denise Pires de Carvalho, reitora da UFRJ.

Tomada pela mesma emoção de Péricles, Denise adiantou uma das novidades que serão levadas ao público no próximo dia 2: “Tivemos a oportunidade de refazer todas aquelas esculturas que ficavam na fachada original, algumas já estavam até perdidas, e réplicas estão sendo relocalizadas. As originais desceram do alto do palácio e serão expostas. A sociedade agora vai poder ver aquelas esculturas de mármore de Carrara de perto. Toda aquela tragédia trouxe a possibilidade de aproximar ainda mais o museu da sociedade e da história do Brasil”.

Na quinta-feira, as réplicas já estavam emoldurando a fachada restaurada. Todos os andaimes haviam sido retirados e a frente do histórico Palácio de São Cristóvão, que foi moradia da família real, já se mostrava em todo o seu esplendor. Os operários faziam os últimos retoques no Jardim das Princesas — área antes restrita e que será aberta à visitação — e no Jardim Terraço, que fica à frente do prédio. A Prefeitura do Rio também estava concluindo melhorias no entorno do museu, como o recapeamento dos acessos, modernização da iluminação

pública e tratamento paisagístico. Até a estátua de Dom Pedro II, que se destaca no alto da Alameda das Sapucaias, bem diante do palácio, passou por reformas e ganhou um novo canteiro de plantas ao seu redor.

## CIÊNCIA E HISTÓRIA

Com seus 204 anos de história, o Museu Nacional olha para o futuro. Fundado em 1818 — é a instituição científica mais antiga do país —, ele inicia no próximo dia 2 uma nova fase, em que tradição e modernidade se juntam. O projeto de reconstrução prevê, entre outros avanços tecnológicos, um sistema de prevenção de incêndios à altura dos utilizados nos mais seguros museus do mundo.

“As obras começaram há cerca de um ano. Todo o período anterior foi dedicado à elaboração dos projetos executivos, de alto nível, aprovados pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Vamos entregar, além dos jardins, a fachada do bloco I e 70% do telhado e das lajes. Isso mostra a capacidade técnica da universidade e das empresas que estão tocando a obra”, ressaltou a reitora.

Uma das etapas do processo de reconstrução do museu foi o escaneamento a laser do palácio, concluído em novembro de 2020. Essa etapa permitiu a modelagem virtual de todo o prédio e a criação de uma plataforma digital integrada para o desenvolvimento dos projetos de reconstrução.

Para o vice-reitor da UFRJ, professor Carlos Frederico Leão Rocha, todo esse

planejamento influenciou na entrega das obras. “Conseguimos cumprir o prazo que demos em 2019, o de entregar a fachada restaurada em setembro deste ano, no bicentenário da Independência. Mas temos muitos desafios ainda. O primeiro deles é conseguir junto ao Iphan a aprovação das demais etapas. Depois temos que reunir os recursos financeiros necessários a essa reconstrução. E o maior desafio de todos é montar um modelo de sustentabilidade de longo prazo para o Museu Nacional”, destacou o professor.

A reitora da UFRJ pretende destacar em seu discurso no próximo dia 2 aspectos de desenvolvimento trazidos pela família real e seus ecos no Brasil de hoje. “A família real deixou à sociedade não um simples museu ou um museu imperial, mas sim um museu de História Natural, um museu de Antropologia, uma instituição científica. A família real trouxe ao Brasil as faculdades, a importância da presença de instituições científicas. Tudo isso fez com que o Brasil, a partir do final do século XIX, começasse um movimento de desenvolvimento, não mais como uma colônia de exploração, mas como um país independente. Estamos no ano do bicentenário da Independência. Infelizmente ainda dependentes, por exemplo, de alta tecnologia. Não porque o Brasil não tenha capacidade para isso. A Ciência brasileira tem o mesmo nível, apesar de ser muito recente, dos países desenvolvidos. O que ela precisa é de mais recursos e financiamento. Este é um momento muito simbólico e vou ressal-



tar isso na cerimônia de 2 de setembro”, disse a reitora.

O palácio em que nasceu Dom Pedro II e onde ele criou sua família — era no Jardim das Princesas que as suas filhas Isabel e Leopoldina brincavam e tinham aulas de artesanato e jardinagem — ainda terá muitas obras pela frente nos próximos anos. O projeto de reconstrução do prédio foi dividido em quatro blocos e as obras agora entregues em parte se referem ao primeiro deles. A reabertura total está prevista para 2027.

“O projeto executivo para a reconstrução interna do museu está ficando pronto e precisaremos de recursos para as obras, assim como para a recuperação do acervo. O projeto do interior está sendo feito por uma empresa contratada por meio de licitação internacional feita pela Unesco”, revelou a reitora. De acordo com o Relatório do Projeto Museu Nacional Vive 2020-2021, 64% dos recursos necessários à reconstrução já foram captados (R\$ 245 milhões), restando captar os restantes 36% (R\$ 135 milhões) do total de R\$ 380 milhões previstos.

## ACERVO, ENSINO E PESQUISA

Diretor do Museu Nacional de 1998 a 2001, o antropólogo Luiz Fernando Dias Duarte tem sua vida acadêmica ligada à instituição, onde é professor titular, e foi um dos primeiros a arregaçar as mangas para começar a reconstrução após o incêndio de 2018. “Nesses quatro anos, lutamos todos pela reconstrução do palácio e pela reconstituição do museu. Não se trata apenas de reconstruir o patrimônio físico que foi destruído, mas sim de reconstituir as condições de trabalho, de pesquisa, de pós-graduação que caracterizam a instituição há 204 anos. O que se perdeu foi um tesouro incalculável, sob todos os pontos de vista, para o país e para a Humanidade. A nossa responsabilidade, como servidores públicos, é fazer com que ao menos parte desse tesouro

seja reconstituída”, disse ele.

Presidente da Associação Amigos do Museu Nacional até o início deste ano, Dias Duarte lembrou que o processo de reconstrução “é lento e complexo” e se dá em várias frentes. “O processo está avançando de uma maneira até mais positiva do que eu vislumbrava no momento imediatamente posterior ao incêndio. Uma das frentes é a melhoria das condições de trabalho nos prédios que o museu tem no Horto Botânico, também na Quinta da Boa Vista, e que não foram afetados pelo incêndio. Lá temos a Biblioteca Central, que está em fase final de reforma, o Departamento de Botânica com seu herbário, o Departamento de Zoologia de Vertebrados com suas coleções e uma série de laboratórios”, enumerou.

O professor pontuou a importância de outra frente de trabalho: o novo campus de ensino e pesquisa do Museu Nacional, em um terreno de 44 mil metros quadrados na Quinta da Boa Vista. Ele vai permitir que o Palácio de São Cristóvão seja inteiramente dedicado a exposições e ações educativas. “Lá já temos construídos dois prédios, um administrativo e um pavilhão de ensino e exposições, além de outros projetos em andamento para a construção de laboratórios. Somos cerca de 100 docentes pesquisadores que estamos abrigados provisoriamente em instalações do Horto ou trabalhando de casa”, explicou Dias Duarte.

O professor, que hoje assessorava o comitê de planejamento das futuras instalações do museu, é otimista em relação ao futuro da instituição: “É um projeto grandioso, à altura das responsabilidades, da tradição e das competências do Museu Nacional. A expectativa é que nós venhamos a suplantarmos as características das coleções perdidas, não substituindo itens que se foram, porque isso é impossível, mas criando outros acervos igualmente importantes para o conhecimento da nossa sociedade”.

Alguns itens, de fato, são irrecuperáveis. Como a múmia da princesa egípcia Kherima, que tinha cerca de dois mil anos. Mas outros resistiram, como o meteorito Bendegó, aquele mesmo que povoou as lembranças do taxista Péricles. Com suas cinco toneladas de ferro e níquel — é o maior do Brasil e um dos maiores do mundo —, ele sobreviveu às chamas e certamente retomará seu lugar ao pé da grande escadaria do salão de entrada do museu. O mesmo encantamento que Péricles sentiu quando ali pisou pela primeira vez poderá se perpetuar por novas gerações. O simpático taxista — ganhou cinco estrelas e avaliação de “gente boa” no aplicativo de transporte — contou o que pretende fazer assim que o museu for totalmente reaberto ao público: “Quero levar lá meu neto, hoje com seis anos, e tirar uma foto com ele ao lado daquele meteorito”.

Caramba, Péricles, que notícia boa.

